



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

REUNIÃO DE 17 DE MARÇO DE 2021

INFORMAÇÃO

Sobre a discussão dos seguintes Projetos de Resolução:

- [PJR 878/XIV/2](#) (PSD) - *Recomenda ao Governo que melhore o Programa Edifícios Mais Sustentáveis e o direcione para o combate à pobreza energética;*
- [PJR 889/XIV/2](#) (Ninsc CR) - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à pobreza energética;*
- [PJR 904/XIV/2.ª](#) (PAN) - *Recomenda ao Governo português que crie um mecanismo financeiro de apoio à eficiência energética de edifícios e de combate à pobreza energética;*
- [PJR 1012/XIV/2.ª](#) (BE) - *Pela concretização de um programa para o combate à pobreza energética;*
- [PJR 1061/XIV/2.ª](#) (PS) - *Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à melhoria da eficiência energética das habitações e ao combate à pobreza energética;*
- [PJR 1084/XIV/2.ª](#) (PEV) - *Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética;*
- [PJR 1097/XIV](#) (NInsc JKM) - *Recomenda ao Governo o Reforço Financeiro e Técnico do Programa "Edifícios mais Sustentáveis" e a Atribuição de "Créditos Energéticos" às Famílias mais Vulneráveis como forma de combate à Pobreza Energética.*

1. Os sete projetos de resolução deram entrada na Assembleia da República, respetivamente, em 25.01.2021, 28.01.2021, 02.02.2021, 24.02.2021, 09.03.2021, 11.03.2021 e 12.03.2021 tendo sido admitidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República que determinou a baixa à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.
2. Na reunião da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território realizada em 17 de março de 2021 foram discutidos ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.
3. A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no link http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210317_VC.mp3 dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.
4. A primeira intervenção coube à Senhora **Deputada Filipa Roseta** (PSD), que começou por saudar que seja debatida no Parlamento a questão da pobreza energética, congratulando o consenso alargado sobre a prioridade que representa a erradicação deste problema, atualmente um dos piores indicadores portugueses nos relatórios sobre ODS das Nações Unidas. Através desta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

iniciativa, o Grupo Parlamentar do PSD propõe uma alteração ao atual Programa “Edifícios Mais Sustentáveis” por forma a dirigir ao programa para o combate à pobreza energética. Propõe dirigir o programa primeiramente para as 800 mil famílias beneficiários da tarifa social de energia, com prioridade para os idosos que vivem em condição de isolamento. Por outro lado, propõe uma iniciativa paralela que visa proporcionar apoios à classe média que faça obras de eficiência energética e produção descentralizada de energia renovável nas suas habitações em sede de IRS, abandonando-se o modelo de acesso mediante candidatura.

A resolução inclui uma chamada de atenção para a importância da questão do património, verificando-se a necessidade de incluir no Programa “Edifícios mais Sustentáveis” o licenciamento urbanístico aprovado, quando aplicável, para acautelar as preocupações de salvaguarda de património classificado, justamente indicadas num parecer conjunto ICOMOS-Comissão de Portugal / GECORPA.

Informou que o GP PSD irá votar favoravelmente todas as iniciativas, apesar de reconhecerem que nelas há propostas diferentes e formas de execução distintas, pois considera primordial que o Parlamento seja firme no combate à pobreza energética, abrindo caminho a um futuro mais justo, equitativo e sustentável.

Foi ainda referida a necessidade de definição de critérios de equidade social para prioridades, uma vez que o montante previsto (300 M€) não chegará a todos, assim se evitando desenhar políticas que gerem falsas expectativas

5. A Senhora **Deputada Maria Manuel Rola** (BE) explicitou que o GP BE apresentou este projeto porque entende que os programas que atualmente existentes em marcha, em especial o Programa “Edifícios Mais Sustentáveis” não estão orientados para o combate à pobreza energética. Portugal está entre os países europeus com piores índices de pobreza energética, uma situação que afeta sobretudo a população idosa, as famílias numerosas e as monoparentais, quase 20% da população portuguesa. O parque imobiliário público foi-se degradando, carecendo de intervenções que permitam dotar as habitações de conforto térmico. Existem mais de 700 mil contratos de arrendamento habitacional que terão maior dificuldade do que os proprietários em investir, pois tradicionalmente quem é arrendatário apresenta maiores dificuldades nesta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

adaptação térmica. Tendo em conta os aspetos identificados, os 300 M€ previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência mostram-se insuficientes para colmatar os terríveis indicadores de pobreza energética.

Assim, para a erradicação da pobreza energética em Portugal propõe-se que sejam recomendadas ao Governo duas linhas de ação: a diminuição do preço da eletricidade, assegurando um fornecimento gratuito mínimo de eletricidade e gás a todas as pessoas que beneficiam da tarifa social da energia; e a requalificação do parque habitacional público através de intervenções de melhoria da eficiência energética, com prioridade aos milhares de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica. Propõe ainda a criação de um observatório direcionado para este tema que colija toda a informação nesta matéria.

6. O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) saudou as diversas iniciativas, considerando importantes todos os contributos para esta causa. Elencou as medidas de combate à pobreza energética, começando por mencionar referiu a tarifa social e o seu alargamento recente a um leque alargado de beneficiários. Referiu o programa “Edifícios mais sustentáveis”, um programa positivo que permite apoiar a transição para maior eficiência e que irá ser reforçado, numa trajetória de maior eficiência energética. Propõe algumas medidas a recomendar ao Governo, entre elas, a discriminação positiva das famílias mais carenciadas, nomeadamente as que usufruem da tarifa social de eletricidade e gás, priorizando beneficiários do complemento solidário para idosos e os beneficiários da pensão social de invalidez, através da comparticipação a 100% das intervenções elegíveis, tendo em vista a promoção da coesão social e o combate à pobreza energética.

É ainda sugerido que o Programa incorpore a modalidade de pagamento a título de adiantamento de parte da despesa aos promotores de candidaturas que sejam beneficiários da tarifa social de eletricidade e gás, pois são grupos com menores recursos e, por conseguinte, com maiores dificuldades para avançar com meios próprios na realização de intervenções nas suas habitações; que seja promovida a capacitação de entidades de natureza institucional de âmbito regional e/ou local, para prestarem informação sobre os incentivos e apoiar a população nas candidaturas; e que seja instituído um mecanismo de avaliação do Programa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

7. A Senhora **Deputada Mariana Silva (PEV)** transmitiu que o GP PEV tem manifestado preocupação, há já alguns anos, com a questão da pobreza energética e que o presente projeto de resolução se integra num conjunto de iniciativas que tem como objetivo uma nova abordagem dos temas da Energia. **Portugal continua a ser um dos países da Europa em que o número de pessoas a declarar não ter capacidade económica suficiente para manter a sua habitação aquecida de forma adequada é mais elevado, apresentando valores de quase 20% da população em 2019, que contrasta amplamente com a média europeia que é de 6,9%. Devido à pandemia, aumentaram exponencialmente os pedidos de apoios das famílias mais vulneráveis, que comprometem a saúde por não terem meios económicos suficientes para se protegerem.**

Os apoios concedidos através das tarifas sociais têm sido insuficientes para assegurar o acesso ao serviço essencial de fornecimento de eletricidade e gás natural, a todos os consumidores economicamente vulneráveis. Importa olhar para as habitações de outra forma, no cenário de invernos rigorosos e verões muito quentes, fazendo um conjunto de recomendações que visam, em primeiro lugar, contribuir para apoiar quem está mais exposto – idosos e famílias monoparentais – para que não sofram impactos na saúde.

Face ao acima exposto, o GP PEV defende a criação de um programa no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência de apoio à eficiência energética, das habitações da população com menos recursos económicos, melhorando o bem-estar e conforto da população.

8. A Senhora **Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira** apresentou um projeto que tem por objetivo que seja recomendado ao Governo que crie uma estratégia nacional para a habitação acessível e condigna à população economicamente desfavorecida e à população com perdas acentuadas de rendimento, alargando a tarifa social de energia a cidadãos de rendimentos médios afetados na sua esfera económica pelas consequências da pandemia. Propõe também o reforço financeiro do Programa “Edifícios mais sustentáveis” e que isente de co-pagamento os agregados familiares mais vulneráveis, nomeadamente os beneficiários da tarifa social de eletricidade e gás natural.

Sugere ainda medidas como a criação de mecanismos de apoio ao acesso ao Programa “Edifícios mais sustentáveis”, facilitando a navegação das exigências documentais acompanhando as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

candidaturas e a execução das intervenções; apoios direto sob forma de crédito energético nas faturas de eletricidade e gás natural aos beneficiários da tarifa social, durante os meses mais frios do ano; a criação de mecanismos de avaliação do custo-benefício das intervenções realizadas ao abrigo do Programa “Edifícios mais sustentáveis”; e ainda a remodelação e melhoria de condições de habitabilidade e eficiência energética da Habitação Social. Não há justiça climática se não houver justiça social.

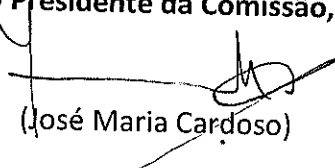
9. A Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** interveio salientando que a pobreza é, em primeiro lugar, de rendimentos, não se devendo segmentar nos termos que tem vindo a ser feita, pois não se resolverão os problema da pobreza energética se não se resolverem primeiro os outros problemas estruturantes. Criticou o enfoque do Programa, atendendo a que medidas de eficiência energética de edifícios de pessoas que são proprietárias não resolve problema da pobreza na totalidade. Apontou falhas do programa, nomeadamente que a população mais atingida não tem o montante necessário para as intervenções que permite para beneficiar dos apoios. O GP PCP considera que a intervenção deve ser dirigida para o preço da energia e que as iniciativas escamoteiam o verdadeiro cerne do problema e deveriam visar a viabilização da descida do preço da eletricidade, que é a verdadeira questão. Esta discussão beneficiaria de maior clareza se estivesse centrada na baixa do preço da energia e rendas excessivas.

10. Aberta uma nova ronda neste debate, intervieram os Senhores **Deputada Filipa Roseta (PSD)**, **Deputada Maria Manuel Rola (BE)**, **Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc)**, **Deputado Nuno Fazenda (PS)** e **Deputada Alma Rivera (PCP)**.

11. Realizada a discussão, os Projetos de Resolução encontram-se em condições de poderem ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 17 de março de 2021.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)